



O BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE - ENTRE HISTORIADORES E ARQUIVISTAS

Dra. Giane Maria de Souza

Arquivo Histórico de Joinville, gianehist@gmail.com

Introdução

De 16 a 21 de julho de 2023 ocorreu, em São Luís, no Maranhão, o 32º Simpósio Nacional de História – Democracia e Direitos Humanos: Desafios para uma História Profissional. E o presente artigo foi apresentado neste evento, no simpósio temático “Arquivos e coleções como objeto de pesquisa: configurações e agenciamentos”, coordenado pelas professoras Letícia Borges Nedel (UFSC) e Luciana Quillet Heymann (Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz).

Este artigo se propõe a analisar uma edição comemorativa do boletim do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), de número 14, publicação semestral de 1996, alusiva ao aniversário de 10 anos da nova sede da instituição. Nesta edição, ex-diretores do AHJ, pesquisadores e convidados analisaram as transformações institucionais do local, sobretudo as relações entre a historiografia e a arquivística.

Assim, considerando que o periódico cultural apresenta um conteúdo múltiplo, que registra a própria história da instituição, pretende-se analisar aqui também o AHJ em suas materialidades e as questões celebrativas dos campos arquivístico e historiográfico registradas pelo olhar do seu fundador e gestores subsequentes.

O artigo se divide metodologicamente em dois momentos: 1) **A instituição do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) e a criação do boletim;** 2) **O arquivo histórico: entre a produção historiográfica e a arquivística.** Então, propõe, inicialmente, analisar o percurso



institucional do AHJ e o boletim para, posteriormente, compreender como os pesquisadores e ex-gestores observam os campos arquivístico e historiográfico a partir das suas trajetórias.

A instituição do Arquivo Histórico Municipal de Joinville (AHJ) e a criação do boletim

Letícia Borges Nedel (2013), ao estudar a Comissão de Voluntários do Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC), observou que existiam tensões e disputas no campo do patrimônio sobre a escrita e a guarda da história da cidade, por meio das instituições culturais, dos documentos, dos acervos e das coleções museológicas e arquivísticas que remetiam à colonização de Joinville no século XIX. Essas disputas adentraram e se intensificaram, em meados do século XX, justamente neste grupo. Em 1965, Adolfo Bernardo Schneider (1906-2001) retirou-se da organização e, em 1972, propôs a criação do Arquivo Histórico Municipal de Joinville (AHMJ), enquanto ocupava o cargo de diretor da Biblioteca Rolf Colin.

O AHMJ foi instituído pela Lei nº 1.182, de 20 de março de 1972, e permaneceu alocado nas dependências da biblioteca, no auditório Coronel Alire B. Carneiro, até o ano de 1986. Conforme Schneider (1996, p. 8), o AHMJ teve como “primeira sede a Sala ‘C’ da biblioteca, do tamanho de (10 x 11) m²”.

O jornal A Notícia, em reportagem intitulada “Arquivo Histórico Municipal de Joinville”, reforçou a importância do equipamento cultural. A matéria alertou que o AHMJ foi criado seguindo as prerrogativas da legislação federal, a partir do Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, que regulamentou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (ARQUIVO..., 1972, p.9). Ademais, mencionou o documento Compromisso de Brasília, deliberado no 1º Encontro dos Governadores de Estados, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, organizado em 1970 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), cujo ministro era o coronel Jarbas Passarinho, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) – atual IPHAN – e pelo Conselho Federal de Cultura (CFC).

As prerrogativas do Compromisso de Brasília estavam arroladas na lei municipal de criação do AHMJ, principalmente quando afirmava que o “culto ao passado é elemento básico para a formação da consciência nacional” (COMPROMISSO..., 1970). O documento foi mencionado como uma diretriz importante para atingir o escopo principal do AHMJ, sobretudo



para contribuir para a salvaguarda da memória nacional. Sob essa perspectiva, a instituição seguiu com a missão de coletar e acumular coleções e fundos arquivísticos a partir de doações de arquivos privados e pessoais.

Em 1983, foi criado o boletim do AHMJ, cuja primeira edição teve 200 cópias mimeografadas. Sua periodicidade era bimestral e, inicialmente, em formato de papel ofício datiloscrito. Depois, o periódico assumiu uma encadernação tipo brochura, de 22,5 cm x 16,5 cm, e passou a ser publicado com o patrocínio de empresas locais. No texto de apresentação do boletim nº 1, v. 1, de outubro de 1983, a diretora Sarah Gomes avaliou o percurso institucional do arquivo e ressaltou que ele foi criado sob os auspícios do prefeito Harald Karmann, partindo da proposta do primeiro diretor, Adolfo Bernardo Schneider, “escritor e historiador de Joinville, sempre à frente de iniciativas culturais de vulto” (GOMES, 1983, p. 1).

Gomes comunicou as ações arquivísticas que estavam sendo implantadas no AHMJ, a exemplo da confecção dos espelhos e da encadernação das coleções do *Kolonie-Zeitung* (1862-142) e do *Joinvillenser Zeitung* (1895-1938), periódicos microfilmados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) conforme as diretrizes do Plano de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros.

Ela ainda anunciou que os estudos para a nova sede do AHMJ foram aprovados pela Prefeitura Municipal de Joinville (PMJ), com projeto arquitetônico que seria de autoria de Paul Helmuth Keller¹. Entre balanços da gestão, expectativas e desafios, a diretora disse que o layout do arquivo dentro da biblioteca estava sendo reorganizado, pois o espaço era insuficiente. Em meio às melhorias deste novo layout, foram criados oito lugares para o público consulente.

Gomes (1983, p. 1) ratificou: “Aguardamos a montagem de um jirau para melhorar o espaço físico insuficiente, e a instalação de um Laboratório de Restauração de Papel”. Na reorganização, quatro estantes foram enviadas pela PMJ para o AHMJ, além de

[...] prender na parede, livre com o novo arranjo das estantes, 153 quadros, até então empilhados por falta de espaço; iniciamos assim a catalogação de fotografias antigas

¹ O projeto arquitetônico da nova sede foi de autoria das arquitetas da PMJ Deisi Lopes de Oliveira Casarin e Ros-Mari T. Cima.



de Joinville, paisagens vistas, prédios, personalidades ilustres ou simples cidadãos, diplomas e cartazes que lembram eventos da nossa terra (GOMES, 1983, p. 1).

Nesse contexto, ainda estava sendo implementado com os trabalhadores do AHMJ, por meio da Fundação Cultural de Joinville, o projeto Pró-Memória, um trabalho para organizar um inventário sobre as correntes imigratórias de Joinville, parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ) e a Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Este projeto, segundo Gomes (1983, p. 1), estava “[...] coletando dados sobre os construtores, moradores e proprietários das casas inventariadas, dados estes que serão confrontados com os nomes das listas de imigrantes numa pesquisa futura”.

A primeira edição do boletim do AHMJ ofereceu aos leitores algumas seções que se tornaram a proposta editorial do periódico. Os temários versavam sobre personagens, acontecimentos e fatos notórios da cidade de Joinville e região, traduções do Kolonie-Zeitung, informes sobre os pesquisadores e temas das pesquisas, além de divulgação sobre o



desenvolvimento dos trabalhos técnicos, parcerias, exposições, doações e atividades culturais realizadas no arquivo.

O discurso sobre a fundação do Arquivo Histórico Municipal de Joinville

Em 1996, para a edição alusiva ao aniversário de 10 anos da nova sede do AHMJ, pesquisadores, ex-gestores e professores foram convidados para homenagear a instituição. O boletim nº 14 foi inaugurado com o artigo intitulado “A criação do Arquivo Histórico Municipal de Joinville”, assinado por Adolfo Bernardo Schneider. O texto foi tangenciado por uma estrutura de depoimento autobiográfico e tom memorialístico, centralizando o protagonismo da proposição do AHMJ na figura do autor.

O conteúdo de Schneider abordou, inicialmente, o problema dos imigrantes alemães que foram proibidos de cultuar o idioma no Brasil após a Campanha de Nacionalização, do governo Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-1945). Em Joinville, essa questão foi resolvida com a expansão da industrialização, porque os imigrantes alemães foram substituídos por trabalhadores brasileiros. “Nossos operários vieram do interior e todos falavam fluentemente português. Mas as indústrias representaram apenas um apoio para a Cultura. Esta teve que ser reavivada de outra maneira” (SCHNEIDER, 1996, p. 7).

Para ele, a criação do AHMJ era uma espécie de reparação histórica para salvaguardar os vestígios documentais dos grupos imigratórios teuto-brasileiros. Portanto, seu texto começou com a defesa do germanismo. E a cultura, escrita com inicial maiúscula, demarcou a importância conferida por Schneider para os documentos de origem alemã.

Tendo assumido a direção da Biblioteca Rolf Colin, ele depôs, no texto, que enquanto um bom observador, ainda sem saber direito quais seriam as suas funções de administrador daquele equipamento, percebeu a existência de “[...] um armário onde eram guardadas publicações que não interessavam à Biblioteca guardar: os jornais de Joinville, os Diários Oficiais da União e do Estado e outras coisas mais” (SCHNEIDER, 1996, p. 8). A administração municipal havia adquirido coleções de jornais, com mais de 80 volumes, da viúva Rola Schwartz, que estavam abrigadas no sótão da biblioteca. A tratativa foi “[...] autorizada pelo prefeito da época” (SCHNEIDER, 1996, p. 8) e as coleções estavam destinadas ao AHMJ.



Para Schneider, fazia mais sentido algumas documentações do acervo da biblioteca estarem sob a custódia de um arquivo. Tratando-se na terceira pessoa do singular, ele narrou como foram selecionadas e coletadas as primeiras documentações que fariam parte do acervo permanente do AHMJ. Enquanto diretor da biblioteca, procurou a Secretaria de Educação e Cultura, onde a secretária Iraci Schmidlin acolheu a ideia de criar um arquivo e encaminhou a proposta para o prefeito Karmann, “[...] o qual aprovou imediatamente a ideia. Este autor elaborou então a lei criando o Arquivo Histórico Municipal de Joinville” (SCHNEIDER, 1996, p. 8). O projeto de lei para a criação do AHMJ foi encaminhado para a Câmara de Vereadores de Joinville (CVJ) e aprovado sem emendas, portanto, a Lei Municipal nº 1.182, de 20 de março de 1972, foi de sua estrita autoria. Após a aprovação da criação do AHMJ pela CVJ, foi sinalizada a incorporação de outra

[...] coleção de perto de 100 volumes da imprensa de Joinville, da editora de Eduardo Schwartz, que se encontrava no sótão da Biblioteca, mais uma pequena pilha de Diários Oficiais da União e do Estado, uma pequena pilha de exemplares do ‘Jornal de Joinville’ e de ‘A Notícia’ não encadernados (SCHNEIDER, 1996, p. 8).

No sótão da biblioteca pública, havia também uma coleção, segundo o diretor, de Leis do Império. E essas documentações deveriam compor o acervo do AHMJ, assim como os documentos produzidos no âmbito da municipalidade. Janice Gonçalves (2006, p. 212) classificou como “fúria colecionista joinvilense” o grau de abrangência do acervo coletado pelo AHMJ. Tudo o que se referia a Joinville deveria ser salvaguardado, conforme a historiadora, sem o risco da perda.

Um de seus objetivos, de reunir no arquivo municipal a legislação imperial, composta por suntuosos “[...] volumes com lombadas em marroquim vermelho”, foi “vetado pela bibliotecária de plantão” (SCHNEIDER, 1996, p. 8). Mesmo com os empecilhos em relação a aquisições e disputas sobre as custódias de determinados acervos, se permaneciam com a biblioteca ou com o arquivo, o AHMJ nasceu do acervo da Biblioteca Rolf Colin com a curadoria de Schneider. Quer dizer, mesmo entre autorizações ou não dos técnicos da biblioteca, o executivo municipal concedeu seus acervos, além de outros adquiridos pela PMJ, ao AHMJ.



Uma dessas aquisições foi gerada a partir de uma contestação histórica entre Adolfo Bernardo Schneider e o historiador Carlos Ficker, uma disputa em torno do acervo da documentação do domínio da ‘Colônia Dona Francisca’:

E relembrou o autor de uma já antiga questão com o presidente da Comissão do Museu, Sr. Carlos Ficker, o qual insistia em formar o seu Arquivo particular com a documentação da ‘Colônia Dona Francisca’, que estava guardada no chalé existente ao lado do Palácio dos Príncipes, levando aos poucos toda essa documentação para sua casa particular, localizada no Morro Fritz Alt. O autor [Schneider] sempre foi de opinião que essa documentação e qualquer outra deveria ser guardada em um ARQUIVO PÚBLICO (SCHNEIDER, 1996, p. 8).

A documentação do Domínio da Colônia Dona Francisca foi um acervo perseguido por Schneider ao longo de sua vida. E as disputas com o historiador Carlos Ficker se tornaram o fio condutor da narrativa publicada no boletim, com marcações pontuais das conquistas do autor, que, de acordo com sua análise, auxiliou na recuperação do acervo que estava sob a custódia privada, mas que deveria ser pública. Entre todas as documentações encontradas no acervo da biblioteca, as que estavam em poder de Ficker eram as que mais incomodavam Schneider e, segundo ele, as mais importantes para a composição do acervo do AHMJ. Schneider (1996, p.6) avaliou que a sua nomeação “[...] fechou, em boa hora, um círculo”, pois tais documentações foram recuperadas a partir dos seus esforços.

A instituição do AHMJ e a composição do seu acervo tiveram a assinatura e as ideias de Schneider. E, no artigo, fica evidente a intenção de pleitear esse protagonismo: “[...] isto é, depois que eu, como primeiro Diretor nomeado, havia conseguido ocupar todo o espaço ao meu dispor com milhares de volumes encadernados, por exemplo, com Diários Oficiais da União e do Estado” (SCHNEIDER, 1996, p. 6). É possível observar que o pronome pessoal eu, na condição de primeiro diretor, sinalizava quem foi o protagonista, o fundador do processo, e isso direcionava o que deveria ser registrado para a posteridade. Todos os volumes documentais, todas as reivindicações institucionais, todas as lutas para as melhorias tinham autoria e precisavam ser demarcadas. Mesmo que o prédio de 1986 fosse tecnologicamente mais adequado para abrigar um arquivo, o mais importante da instituição era o seu acervo.

O AHMJ nasceu dentro de uma biblioteca pública, a partir do acervo deste equipamento, fato que não é uma excepcionalidade se for analisada a história de fundação de arquivos municipais e estaduais no Brasil, que fracionam a origem dos seus acervos com bibliotecas e museus, sem respeito ao princípio da proveniência e da organicidade dos fundos, como alerta José Maria Jardim (1986).



O texto de Schneider indica que, inicialmente, houve uma preocupação excessiva por periódicos e bibliografias, especialmente na língua alemã, conflitando com as competências da biblioteca onde o AHMJ foi gerado.

Foi o acervo coletado para a custódia do AHMJ a grande contribuição pela qual Adolfo Bernardo Schneider gostaria de ser lembrado na história do arquivo, além da sua concepção e instituição. Por isso, o verbo “conseguir” foi mobilizado numerosas vezes por ele, não somente como uma conquista, mas sob o parâmetro de alguém que projeta uma patrimonialização autobiográfica ao falar de si.

Além dos exemplares existentes na Biblioteca, havia eu conseguido a doação dos DD.OO. da Delegacia de Rendas Federais que estava de mudança para as suas novas instalações na Rua Dona Francisca, mas que não bastaram para montar uma coleção completa. Consegui as coleções da ACIJ, da firma Germano Stein S.A; depois da Fiação Joinvilense e do Moinho de Trigo. Todas essas coleções eram falhas, fato este, que já me provou, de saída, como foi importante esta minha ideia, de fundar um Arquivo Histórico, que incluísse as Leis da Nação e do Estado (SCHNEIDER, 1996, p. 6).

Acerca do acervo do Domínio da Colônia Dona Francisca, sob a propriedade privada de Carlos Ficker, Schneider (1996, p. 9) relatou que

o começo estava feito, mas faltava o motivo real da criação do Arquivo: a documentação histórica guardada no chalé do ‘Domínio Dona Francisca’ ali ao lado do Palácio dos Príncipes. Não sabia eu na época que essa documentação toda já se encontrava na casa particular do Sr. Ficker que era presidente da Comissão do Museu. As minhas divergências com o referido senhor já duravam perto de 20 anos e aparentemente não se vislumbrava alguma solução. O pior é que o mesmo gozava da proteção de um prefeito anterior, o qual ainda não tinha opinião certa formada sobre o assunto de tamanha importância para Joinville.

Suas relações conflituosas com Ficker eram públicas e notórias entre os agentes culturais e políticos no estado catarinense e junto aos órgãos de patrimônio. No texto, Schneider situou que a documentação do domínio estava no chalé no entorno do Palácio dos Príncipes. O excerto supracitado tratava, exatamente, da edificação que abrigou a sede administrativa do administrador da Colônia Dona Francisca, Frederico Bruestlein (1835-1911), lugar que também abrigou a Comissão de Voluntários do MNIC, que, segundo a acusação de Schneider, encontrava-se na residência de Ficker.



O Domínio da Colônia Dona Francisca representava um conjunto importante para a história da colonização e imigração europeia do Sul do país, mas não somente isso. No mesmo parágrafo, o autor inseriu informações sobre o periódico germânico *Kolonie-Zeitung*, enfatizando que seria a “[...] única coleção existente no mundo inteiro”, de uma singularidade ímpar, “[...] pois nem na Alemanha havia essa coleção” (SCHNEIDER, 1996, p.9). O periódico fundado pelo imigrante e exilado político Ottokar Doerffel, que aportou na Colônia Dona Francisca em 1854, foi criado para ser um “anzeiger fuer Dona Francisca und Blumenau”², explicou Elly Herkenhoff (1978, p. 111-113), pois o jornal se pretendia “noticioso, não só de duas cidades irmãs, mas ainda o defensor de interesses comuns, o orientador de milhares de imigrantes de língua alemã, espalhados pela província de Santa Catarina”.

Um artigo publicado no periódico *Blumenau* em *Cadernos*, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, em abril de 1978, analisou de forma correlata as aproximações da imigração e colonização da fundação das duas cidades, Joinville e Blumenau, mas, em sua finalização, enfatizou que

o “*Kolonie-Zeitung*” é joinvilense, porque em Joinville foi idealizado, fundado, redigido, impresso, editado. Em Joinville cresceu, por Joinville batalhou – e aqui se transformou em monumento. Monumento à cultura, à criatividade e à ilimitada capacidade de trabalho de nossos pioneiros. A coleção completa do “*Kolonie-Zeitung*” acha-se incorporada ao Acervo Histórico Municipal de Joinville (HERKENHOFF, 1978, p. 112).

Porém, ocorreram muitos imbróglios quanto à aquisição deste conjunto documental joinvilense, como Schneider relatava, que era considerado um “monumento” que salvaguardou a memória dos “pioneiros”. Schneider (1996, p. 6) contou que Max Boehm, o “último sócio gerente da firma Boehm & Cia”, que foi a última “editora do referido bi-semanário”, recuou da promessa de “vender para a Prefeitura” se acaso “estivesse à venda”, “mas que não cumpriu a promessa, duvidando, talvez, que a Prefeitura dispusesse da verba de 1 milhão de Cruzeiros para aquisição da coleção”. Segundo Herkenhoff (1978, p. 112), Carl Willhelm Boehm foi o tipógrafo “fiel ajudante do fundador”, Ottokar Doerffel, e o jornal, desde então, tornou-se propriedade da família Boehm.

Schneider retomou o debate da coleção Domínio da Colônia Dona Francisca e narrou a sua epopeia para adquirir o acervo para o AHMJ, o que chamou de “processo de desapropriação”, que, de acordo com ele (1996, p. 10), ficou “encalhado”:



Mas eu não entreguei os pontos. Na época já era prefeito o Sr. Pedro Ivo Figueiredo de Campos. Pedi ao mesmo, que declarasse de utilidade pública essa coleção, o que o mesmo também o fez. Mas o processo de desapropriação ficou encalhado. O Sr. Pedro Ivo não reagiu quando anos mais tarde, quando o Sr. Ficker tinha falecido na Alemanha e fora enterrado em São Paulo, os filhos estiveram em Joinville, junto com um enorme caminhão de mudanças para levar para São Paulo o acervo deixado aqui pelo pai. Pedi ao Sr. Pedro Ivo que solicitasse ao Juiz um despacho de ‘busca e apreensão’ do ‘Kolonie Zeitung’, mas o mesmo, no fim do governo, nada mais fez. E assim foi para São Paulo, em parte para Minas Gerais, além da coleção completa do ‘Kolonie Zeitung’, também o documentário praticamente completo da História de Joinville.

O acervo Domínio da Colônia Dona Francisca voltou ao pleito após a morte de Carlos Ficker. Schneider (1996, p.10) solicitou ao prefeito Pedro Ivo Campos (1930-1990), do PMDB, “busca e apreensão do Kolonie-Zeitung” para garantir que o acervo fosse para a custódia do AHMJ. No texto, observa-se o protagonismo do autor nas ações e nas deliberações jurídicas e políticas para a salvaguarda de documentações consideradas relevantes para a história da cidade. As denúncias contra Ficker se fizeram presentes em vida e em *post mortem* e, ao receber o acervo que se encontrava em São Paulo, a partir dos filhos dele, Schneider (1996, p. 10) assinalou:

Desde o primeiro Livro Caixa iniciado no dia em que foi fundada Joinville, o que eu na época ignorava. Eu não sabia, que o Sr. Ficker havia levado para casa toda essa documentação juntada pelos diretores da Colônia, Sr. Eduardo Schroeder, Sr. Leonce Aubé, Sr. Mathorel, Sr. Otto Niemeyer, Sr. Frederico Brüstlein, Sr. Ottokar Doerffel e outros mais. Tudo estava em São Paulo e em Minas Gerais, onde o filho mais velho do Sr. Carlos Ficker trabalhava de engenheiro florestal.

Em outro momento da administração pública, Schneider (1996, p. 10) relatou que houve uma intersecção do prefeito Luiz Henrique da Silveira (1940-2015) quanto ao acervo que estava sob a propriedade de Ficker e que, por isso, era um “caso quase perdido”. O prefeito Luiz Henrique, gestão de 1977 a 1982, designou um novo diretor para o AHMJ, que ainda se encontrava na sala ‘C’ da biblioteca. Este diretor, Apolinário Ternes, resolveu intervir junto à família de Carlos Ficker e negociar diretamente com os herdeiros do historiador “o preço do arquivo particular do mesmo”, que era de interesse público e, conforme Schneider (1996, p. 10), o valor foi de



[...] 400 milhões de Cruzeiros. A caminhonete da Prefeitura, junto com o novo Diretor, Sr. Apolinário Ternes, esteve duas vezes em São Paulo e em Minas Gerais, tamanha era a cópia de documentos de Joinville em poder do falecido. Chegados a este ponto, as instalações da sala ‘C’ da Biblioteca não eram mais suficientes para abrigar tamanha cópia, com a devida ordem de documentos ligados à história de Joinville.

De 1972, ano de criação do AHMJ, até a gestão de 1983 a 1988, do prefeito municipal Wittich Freitag, do PMDB, Schneider (1996, p. 9) lutou para que o AHMJ tivesse uma sede própria. A “mudança para um edifício próprio” ocorreu, com a “ajuda do Consulado Geral da República Federal da Alemanha, cujo Cônsul Geral esteve em Joinville e constatou a importância extraordinária desta fundação”. Tudo isso de acordo com suas idiossincrasias germanófilas, que abriram a estrutura narrativa autobiográfica, direcionando suas argumentações para o germanismo cultural como mito fundador do patrimônio de Joinville.

A nova sede do AHMJ, de arquitetura modernista, inaugurada com a presença do Ministro da Cultura, o economista Celso Furtado, em 1986, praticamente não foi referida por Schneider. A sua narrativa sobre o AHMJ se resumiu à primeira década de existência da instituição. Assim, seu relato evidenciava suas preocupações acerca do registro histórico da constituição do acervo e da instituição na década de 1970.

Seu texto, em 1996, leva a crer que foi o acervo de jornais, ou seja, a aquisição do bi-semanário Kolonie-Zeitung, entre outros documentos, que, finalmente, impulsionou o prefeito Luiz Henrique a conseguir convencer o “Cônsul Geral da Alemanha, de Curitiba, resultando uma contribuição bastante elevada em dinheiro para a construção da nova sede, ali na Rua Hermann August Lepper” (SCHNEIDER, 1996, p.11).



Um prédio com 10 anos e que já se apresentava, em tamanho, insuficiente devido à demanda de acervo, como alertou o idealizador do AHMJ: “Instalações que, seja dito, sem apelar para o costume do avestruz, já há tempo estão novamente insuficientes”. Então, para resolver tais problemas, “a solução seria, ao meu ver, construir sobre o atual prédio um terceiro andar, mas melhor seria se fosse construído ao lado sul, encostado ao atual prédio, um outro prédio exatamente igual. Criando um espaço, aliás, absolutamente necessário para os próximos 50 anos” (SCHNEIDER, 1996, p. 11). O conjunto Domínio Colônia Dona Francisca, após a aquisição do município, conforme os documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ficou como acervo pertencente ao Museu Nacional de Imigração e Colonização, mas sob a custódia do AHMJ. Para Schneider, esse acervo documental deveria pertencer ao AHMJ.

Sobre a proposição, concepção e constituição do AHMJ e seu protagonismo, Schneider ressaltou um parágrafo no texto, no texto, com a observação “EM TEMPO” em caixa alta, para que a história e a memória da cidade não esquecessem os responsáveis por seus equipamentos culturais importantes e ícones patrimoniais, demarcando, temporalmente, que todos os fatos marcantes da história cultural da cidade tinham sido “[...] na gestão do Prefeito Dr. Harald Karmann, que ocorreu de 1o de fevereiro de 1970 até 31 de janeiro de 1973. Na época era Diretora da Secretaria da Educação e da Cultura a Sra. Dona Iraci Schmidlin” (SCHNEIDER, 1996, p.11).

Na listagem citada por Schneider (1996, p. 11) estava o Museu Fritz Alt. Segundo o relato, “a propriedade do falecido artista” foi adquirida pela PMJ, que nesse processo participou ativamente da “[...] compra, assinando duas daquelas promissórias de Cr \$5.000.000,00 cada, cujo desconto no Banco do Brasil deu à Prefeitura o numerário necessário para efetuar a compra”. Na lista dos seus feitos históricos, o autor mencionou a fundação do Instituto Cultural Brasil-Alemanha e nomeou as “pessoas” da “proa” do transatlântico que transitou entre os dois países: “O Cônsul Geral da Alemanha de Curitiba, que no dia da fundação esteve aqui; o Sr. Zimmermann, que era o representante consular em Joinville da R. F. A.. Depois o Dr. Raul A. Buendgens, na época Juiz de Direito e Adolfo Bernardo Schneider”. O autor se autoprotejou como um dos personagens da proa e narrou que muitos dos acontecimentos relatados ocorreram no “Salão Nobre da ACIJ”, um templo socioeconômico importante para as articulações das políticas de amizade e de familiaridades pelas quais se forjou a história da cidade de Joinville.



Ainda nesse ensejo, das grandes contribuições e dos grandes homens para o legado cultural da cidade de Joinville, Schneider rememorou a gestão de Karmann. A sua brevidade, contudo, demarcou a produtividade e a qualidade dos equipamentos públicos fundados. Entre eles, citou o AHMJ (1972), o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) (1972) e a Casa da Cultura (1972), inaugurada no último dia do governo Karmann. O MASJ foi criado em 1969, com sede projetada pelo arquiteto Sabino Barroso inaugurada em 1972.

Schneider (1996, p. 11) destacou que todos esses equipamentos culturais tiveram uma “autoria”, uma “façanha extraordinária: a Sra. Iraci Schmidlin, que já foi Secretária da Educação e Cultura na gestão do Prefeito Nilson Wilson Bender, depois novamente na gestão do Dr. Karmann e agora pela terceira vez nesta segunda gestão do Sr. Wittich Freitag”. E declarou: “Faço questão de lembrar nesta oportunidade a minha participação na criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC), criado na gestão do Presidente Marechal Dutra”. O MNIC fora criado pela Lei Federal nº 3.188, de 2 de julho de 1957, alguns anos antes da era de ouro dos equipamentos culturais em Joinville, mas, mesmo assim, Schneider não deixou passar ilesa sua trajetória, porque, segundo ele, “em fins de 1950 eu escrevi o meu primeiro artigo, que foi publicado pelo Sr. Waldemar Luz na sua Revista ‘VIDA NOVA’”.

Na área do patrimônio, o Brasil seguiu o paradigma francês. Tania de Luca (2012, p. 14) alerta para o fato de que na França, no século XIX, existiu a articulação para a salvaguarda dos bens culturais. Desse modo, os museus e os arquivos não somente tiveram a intervenção do Estado para que assumissem os inventários e a conservação de acervos com o objetivo de divulgar o passado da nação, mas tiveram investidos valores consideráveis na contratação de serviço especializado, como de historiadores, arquitetos, conservadores e restauradores, arquivistas, bibliotecários, na própria organização das repartições públicas e em lugares de consagração do patrimônio, como arquivos, museus e bibliotecas.

Sobre a criação do MASJ, que surgiu com a compra da coleção de Guilherme Tiburtius, em 1963, e do MNIC Schneider rememorou que, ao terminar o artigo da Revista Nova, em fins da década de 1950, relatou como foi acolhida a sugestão de criação de um museu para a cidade de Joinville pelo prefeito João Colin: “[...] estava na hora de se criar em Joinville um Museu. Eu me referia ao ‘Museu do Sambaqui’, que seria inaugurado em 1972, mas o prefeito da época, Dr. João Colin entendeu e fez muito bem, que o pedido se referia a um Museu para lembrar os feitos dos imigrantes” (SCHNEIDER, 1996, p.12).



No domingo seguinte à publicação do meu artigo, o mesmo, que morava na Rua Rolf Colin e eu já na Rua Tijucas, esteve lá em casa e falou: – “Adolfo, eu também acho que Joinville deve voltar a ser escrito com dois eles, eu vou providenciar. Eu vou providenciar, também, a criação de um museu”. Realmente, o Dr. João Colin entrou em contato com o Sr. Jaroslau Pesch, que na época era o administrador do ‘Domínio Dona Francisca’. O Palácio dos Príncipes foi adquirido por 2 milhões de Cruzeiros e quando, no Rio de Janeiro, o Presidente Marechal Dutra teve que escolher o local do Museu, o mesmo escolheu Joinville, pois Blumenau também estava na lista, até com direitos mais antigos, mas foi dado (sic) preferência a Joinville, porque nós estivemos em condições de oferecer uma sede minúscula digna para esse Museu. Assim, uma ideia lançada em boa hora contribuiu para a existência do nosso Museu Nacional de Imigração e Colonização em Joinville (SCHNEIDER, 1996, p. 12).

No artigo, observam-se outras problemáticas para os imigrantes alemães nos anos 1950. A fim de retomar as suas origens identitárias, o prefeito João Colin providenciava o retorno, inclusive, dos dois *éles* para a palavra Joinville, letra retirada no período da nacionalização. Ademais, pelo relato, nota-se que as rivalidades entre Blumenau e Joinville se mostravam latentes, embora fossem consideradas “cidades irmãs”, segundo Herkenhoff (1978). Apesar das proximidades da imigração e da colonização, o *Kolonie-Zeitung* era joinvilense, mas na contenda dos dois municípios. Em Joinville, o governo federal criou um museu nacional, o MNIC. De acordo com Schneider, as conquistas para o patrimônio da cidade de Joinville eram devidas a ele, o homem certo na hora certa. Pode-se perceber, então, que ele foi um historiador diletante e, sobretudo, um leitor voraz do mundo à sua volta.

Tanto nas suas obras³ quanto no texto do boletim do AHMJ, Schneider organizou seus relatos para tornar a sua vida um conjunto coerente e orientado, um projeto organizado e objetivo, com uma ordem cronológica também organizada e conexa com a narrativa apresentada no discurso narrativo biográfico.

Os relatos biográficos ou autobiográficos alertados por Pierre Bourdieu (1996, p. 184) nesse sentido podem auxiliar a compreender a estrutura apresentada no discurso de Schneider quando ele se coloca na terceira ou na primeira pessoa, seja do singular, seja do plural, porém, como um protagonista importante dos processos históricos apresentados ou por ele narrados, uma situação *sui generis* da ilusão biográfica, conforme alerta Bourdieu. Afinal, são fatos encadeados em situações históricas coerentes com personagens também colocados em cena de maneira coerente no texto, na forma da linguagem biográfica ou não, de forma literária ou não.

O arquivo histórico: entre a produção historiográfica e arquivística



Quando, em 1996, o AHMJ completou 10 anos de nova sede, a direção convidou alguns pesquisadores para escreverem e avaliarem os 24 anos de constituição do arquivo. Os textos foram publicados no boletim da instituição, em um número especial dedicado à efeméride. O texto inaugural de Schneider contrasta com os textos subsequentes, que prestigiaram a nova sede, principalmente, mas também lançaram perspectivas sobre a história, a historiografia e a arquivística. No texto de apresentação do boletim de 1996, a diretora do AHMJ, Ilanil Coelho (1996a, p. 5), reiterou que

a construção do atual prédio, equipado com sistema central de ar condicionado, climatização de ambiente e alarmes contra incêndio e roubo, colocou o AHJ, desde a inauguração, em 1986, em posição de destaque no contexto nacional, já que poucas cidades do país possuem instalações e prédios adequados a abrigar o seu patrimônio arquivístico.

O discurso de que o AHMJ foi fruto de uma reivindicação coletiva permeia alguns argumentos dos textos publicados em seu boletim, especialmente em artigos das historiadoras Raquel S. Thiago (1996) e Sandra P. L. de Camargo Guedes (1996) e da diretora Ilanil Coelho (1996). Todas essas autoras ressaltaram a importância do equipamento cultural frente às novas tendências historiográficas, o rompimento com alguns discursos tradicionais da cidade e a modernização do arquivo enquanto uma instituição voltada para a pesquisa historiográfica, não somente como uma instituição voltada a salvaguardar uma única memória social.

Em 1986, quando foi construída e inaugurada a nova sede, celebrada no boletim, a direção do AHMJ estava sob o comando de Raquel S. Thiago. No registro de suas memórias, a historiadora rememorou a decepção de Schneider ao descobrir que a nova diretora seria uma “caboclinha” que não falava e dominava o idioma alemão, mas que, ainda assim, iria dirigir o arquivo, o seu maior legado para a cidade. Esse sentimento, aos poucos, foi abrandado pela amizade nutrida por ambos ao longo de sua carreira, como lembrou a professora (S. THIAGO, 2018, p. 15-17).

Para o boletim, no artigo “Uma experiência em curso”, Coelho (1996b, p. 27) sinalizou que, ao assumir a direção do arquivo, assumiu a incumbência de contribuir para a “[...] organização e acessibilidade às fontes documentais”. Entre as ações desenvolvidas por sua gestão, destacou a criação de um Conselho Técnico-Científico, a transferência da documentação pública da Câmara de Vereadores de Joinville para o Fundo do Poder



Legislativo (1947-199) e também a constituição de um quadro de arranjo com a assessoria da arquivista Heloisa Bellotto.

Coelho enfatizou o convênio firmado com a FCC e a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) para a reativação do Laboratório de História Oral, cuja equipe



coordenada pela professora Dúnia Freitas estava para receber as fontes orais, entrevistas gravadas e transcritas, pertencentes ao departamento de História da universidade.

Bellotto (1996, p. 31) no artigo “A importância do Arquivo Histórico de Joinville”, enalteceu a cidade e o trabalho dos seus habitantes, brasileiros e imigrantes, “em busca de desenvolvimento, de prosperidade e de justiça social”. O AHMJ estava crescendo nos conformes da moderna arquivística. A arquivista explicou a relevância de um arquivo histórico:

A importância de um arquivo histórico consiste reside justamente neste grande fluxo renovado do recolher, organizar e tornar disponível para consulta todos aqueles registros que, reunidos, constituem um grande mosaico, ao mesmo tempo único e multifacetado, ao mesmo tempo, homogêneo e diferenciado. Ora, o arquivo é o espelho informacional que deve refletir toda a diversidade deste mosaico (BELLOTTO, 1996, p. 31).

Sandra Guedes (1996), gestora do MASJ de 1989 a 1992, debateu no artigo “Considerações sobre a História Nova e o Arquivo Histórico de Joinville” as novas fontes inseridas nos arquivos e os caminhos historiográficos propostos pela história nova, que privilegiava a história do cotidiano. E alertou: “Dessa forma, ao penetrarmos nos ‘arquivos de Joinville’, devemos ter em mente qual a sociedade que produziu os documentos que os compõem, quais seus costumes, seus interesses, sua ideologia...” (GUEDES, 1996, p. 43).

As políticas culturais em Joinville nascem articuladas com o patrimônio. O AHMJ e o MASJ foram projetados para serem arquivo e museu com projetos arquitetônicos adequados às especificações dos respectivos campos, como luminosidade, climatização, espaços para reserva técnica, pesquisa, restauro e conservação, além de exposições. Situação distinta do que ocorre com os equipamentos culturais que abrigam tradicionalmente museus e arquivos, geralmente em casarões e prédios sem a adequação arquitetônica para suas necessidades.

Maria Tereza Böbel (1996), tradutora de alemão e importante mediadora das parcerias realizadas entre a PMJ e o governo da Alemanha, sobretudo das consultorias e dos intercâmbios entre o AHMJ, o Arquivo Nacional e o Pró-Memória, no artigo “O potencial arquivístico do Arquivo Histórico de Joinville”, analisou o acervo que forneceu os subsídios para a organização da lista dos imigrantes aportados em São Francisco do Sul.



Já Apolinário Ternes (1996), ex-gestor do AHMJ, publicou o artigo “Patrimônio Arquivístico”, no qual analisou os processos de acumulação, custódia e aquisição do Fundo Domínio Colônia Dona Francisca de Carlos Ficker. Ressaltou o nome de Schneider enquanto responsável pela constituição do AHMJ, patrimônio arquivístico devido à riqueza do seu acervo.

Ainda dois pesquisadores foram convidados para escrever sobre a importância do AHMJ para os estudos dos processos de imigração e colonização no Sul do país: Marionilde Dias Brepohl de Magalhães e João Klug, também professor da UFSC. Magalhães (1996) abordou Magalhães, no artigo “Os primeiros anos da Colônia Dona Francisca: imigração e trabalho”, fez apontamentos da sua pesquisa na instituição a partir das fontes sobre os grupos imigratórios. Klug (1996) fez uma reflexão sobre a necessidade de repensar as fontes consideradas oficiais para o ofício do historiador, afinal, estariam imbricadas as questões arquivo e fonte para a busca de uma ampliação do conceito de fonte histórica que abarcasse novos sujeitos e também fontes não convencionais. Segundo ele, os arquivos são fundamentais para a construção das identidades.

Considerações finais

Este artigo pretendeu evidenciar como os agentes culturais, administradores e trabalhadores observaram e registraram a sua trajetória no campo cultural por meio do boletim do AHMJ. Os artigos analisados inserem debates sobre os campos da arquivística e da historiografia, alguns como relatos autobiográficos, outros analisando o processo de constituição e desenvolvimento do arquivo enquanto um lugar de pesquisa e de produção historiográfica. É fundamental analisar as trajetórias institucionais perante as mudanças conjunturais, institucionais e teóricas, considerando os processos de produção e registro da história e da memória, circulação e difusão do conhecimento, salvaguarda e preservação do patrimônio.

Referências

ARQUIVO Histórico Municipal de Joinville. A Notícia, 14 abr. 1972. p. 9.



BÖBEL, Maria Tereza. O potencial arquivístico do Arquivo Histórico de Joinville. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**. PMJ/FCJ. Joinville/SC: AHJ. Joinville, vol. 1, n. 14, jan./jun. 1996, p. 21-26.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC. Compromisso de Brasília. 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Brasília, 1970.

COELHO, Ilanil. Apresentação. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**. PMJ/FCJ. Joinville/SC: AHJ. Joinville, vol. 1, n. 14, jan./jun. 1996a, p. 5.

COELHO, Ilanil. Uma experiência em curso. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**. PMJ/FCJ. Joinville/SC: AHJ. Joinville, vol. 1, n. 14, jan./jun. 1996b, p. 27-30.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. Considerações sobre a História Nova e o Arquivo Histórico de Joinville. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**. PMJ/FCJ. Joinville/SC: AHJ. Jlle, vol. 1, n. 14, jan./jun. 1996, p. 39-46.

GOMES, Sarah. Apresentação. **Boletim do Arquivo Histórico Municipal de Joinville**. PMJ/FCJ. Joinville/SC: AHJ. Joinville, n. 1, vol. 1, out. 1983, p. 1-3.

GONÇALVES, J. Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 444 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

JARDIM, José Maria. Instituições arquivísticas: estrutura e organização: a situação dos arquivos estaduais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 21, 1986, p. 39-42.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. A Criação do Arquivo Histórico Municipal de Joinville. **Boletim do Arquivo Histórico Municipal de Joinville**. PMJ/FCJ. Joinville/SC: AHJ. Jlle, n. 1, vol. 1, out. 1983, p. 7-12.

Luca, Tania Regina de. Notas sobre os historiadores e suas fontes. Revista Eletrônica Méti. História e Cultura. UCS, v. 11, n. 21, 2012, p. 13-21. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126896>>.

KLUG, João. A importância do Arquivo Histórico na Pesquisa e na Construção da Identidade. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**. PMJ/FCJ. Joinville/SC: AHJ. Jlle, vol. 1, n. 14, jan./jun. 1996, p. 33-38.



MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Os primeiros anos da Colônia Dona Francisca: Imigração e Trabalho. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**. PMJ/FCJ. Joinville/SC: AHJ. Joinville, vol. 1, n. 14, jan./jun. 1996, p. 47-52.

NEDEL, Letícia. As coisas e seus lugares: colecionamento e ressignificação de objetos no Museu Nacional de Imigração e Colonização. MACHADO, Elaine C. (Org.) **Além do que se vê: Um museu para a cidade?** Museu Nacional de Imigração e Colonização. Curitiba: Lisegraff, 2013.

SOUZA, Giane Maria de. “Who’s who” – Arquivo Histórico de Joinville: 50 anos. Revista Confluências Culturais. V. 11, n. 1 – 2022 – ISSN 2316-395X – DOSSIÊ, p. 1-13.

TERNES, Apolinário. Patrimônio Arquivístico. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**. PMJ/FCJ. Joinville/SC: AHJ. Joinville, vol. 1, n. 14, jan./jun. 1996, p. 13-16.